



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Controladoria Geral do Estado
Ouvidoria e Transparência Geral do Estado

NOTA TÉCNICA

NOTA DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS Nº 20200021/SUPTPC/OGE/CGE

Unidade : Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA

Modalidade de avaliação: Avaliação e Controle da Publicação de Gastos Emergenciais de Despesas Decorrentes do Coronavírus (Covid-19)

Exercício: 2020

Processos: SEI-220011/000788/2020 e SEI-220011/000561/2020.

1. INTRODUÇÃO

A fim de atender o que preceitua o Decreto nº 47.039 de 17/04/2020, artigo 3º §2º, a presente Nota de Identificação de Riscos – NIR visa apresentar as análises realizadas pela Superintendência de Gestão de Transparência e Prevenção da Corrupção - SUPTPC relacionada à publicação das despesas, nos portais de transparência dos órgãos, decorrentes das medidas de enfrentamento da propagação do coronavírus (Covid-19).

Esta NIR busca, a partir das fontes de informações existentes e à luz dos normativos vigentes, Lei Federal nº 13.979, artigo 4º §2º, Nota Técnica 01/2020 TCE-RJ, itens 5.9, 5.10, 5.11 e Lei Estadual nº 8.832, art. 3º, incisos I ao V, alertar aos gestores quanto à obrigatoriedade de dar transparência aos gastos públicos contribuindo para o controle social e a prevenção da corrupção.

Para tanto, as avaliações foram feitas com base no cruzamento de dados nas seguintes fontes de informação:

- a. Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro – SIAFE-Rio;
- b. Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- c. Sítio Eletrônico do Portal de Compras do Governo do Estado do RJ; e
- d. Sítio da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA.

O presente documento não se demonstra impeditivo para que as ações avaliadas como convenientes e oportunas observadas pelo gestor, visando dar transparência, não se limitando apenas aos quesitos constantes nos normativos citados, respeitando os aspectos de legalidade, legitimidade,

economicidade, eficiência, eficácia e efetividade sejam empregadas pelo órgão ou entidade.

Há que se ressaltar, no entanto, que nossas avaliações não identificam necessariamente todos os riscos existentes, problemas ou ajustes aplicáveis aos atos executados pelos gestores, nem tem o condão de adentrar na decisão de gestão dos administradores públicos.

Não é demais mencionar também que a presença dos riscos identificados pode não caracterizar uma irregularidade em si, dada às limitações encontradas em nossas análises ou até mesmo situações particulares que possam justificar algum caso específico.

2. RESULTADOS DOS TRABALHOS

Risco: Não foram divulgadas as informações, no sítio oficial do órgão, relacionados aos processos de despesas decorrentes das medidas de enfrentamento do coronavírus (Covid -19)

A análise foi realizada com o objetivo de verificar a divulgação, no sítio oficial do órgão, das despesas relacionadas à execução das políticas públicas de enfrentamento ao coronavírus (Covid-19). A equipe desta Superintendência constatou as seguintes impropriedades relativas aos processos SEI-220011/000788/2020 e SEI-220011/000561/2020:

- a. O órgão não divulgou, em seu sítio oficial, todas as informações das despesas relativas aos processos citados.

Em 06/05/2020, enviamos o Of. Circular CGE/GAB SEI nº 9 por meio do processo SEI-320001/000951/2020 comunicando e orientando sobre a importância da transparência das despesas decorrente de COVID-19, o qual juntamos ao presente processo.

Diante disso, registramos que todos os processos de aquisições e contratações relacionados à pandemia de coronavírus (Covid-19), inclusive os que possuem contratos encerrados ou estão em andamento, mesmo que não tenham se tornado despesa propriamente dita, devem ser disponibilizados no site do órgão e no sistema SEI com acesso público.

Salientamos a necessidade da transparência no momento que antecede a contratação, publicando o Chamamento Público no sítio oficial do órgão.

Diante da impropriedade apontada:

Solicitação de Auditoria 001: Que a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA apresente, no prazo de 03 dias úteis a contar do recebimento desta NIR, a disponibilização das informações dos processos SEI-220011/000788/2020 e SEI-220011/000561/2020 de forma destacada, em seu sítio oficial. A publicação deve ser em planilha nos formatos xls, pdf e csv. Conforme instruído nos itens 5.9, 5.10 da Nota Técnica 01/2020 TCE-RJ, no Decreto nº 46.475/2018 artigo 8º, inciso IV e na Lei Estadual nº 8.832, art. 3º, incisos I ao V, as planilhas devem conter as seguintes informações:

- a. órgão contratante;

- b. nome do contratado;
- c. nº do CNPJ/CPF;
- d. nº do processo de contratação ou aquisição;
- e. descrição do objeto;
- f. critério de julgamento;
- g. status do contrato;
- h. prazo contratual (data de início e término);
- i. data da assinatura do contrato;
- j. valor do contrato;
- k. número da nota de empenho;
- l. valor total empenhado, liquidado, pago;
- m. nome do ordenador de despesa;
- n. data da última atualização do arquivo;
- o. justificativa para celebração emergencial do contrato;
- p. forma de contratação/modalidade de licitação; e
- q. número do contrato.

Inserimos um modelo de planilha (doc. SEI 9268754_), referente às despesas decorrentes de COVID-19, que contempla todos os itens da solicitação 001 e que poderá ser utilizada pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA para divulgação em seu sítio oficial.

3. MANIFESTAÇÃO DO AUDITADO

O prazo para apresentação de manifestação pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA quanto às solicitações de transparência contidas na presente Nota de Identificação de Riscos (NIR) é de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento, nos termos do art. 5º do Decreto nº 47.039/2020.

Cabe registrar que o risco identificado e as manifestações apresentadas referentes à presente NIR constarão no Relatório de Riscos Identificados (RRI) que será destinado ao Governador, nos termos do art. 8º do Decreto nº 47.039/2020.

Por fim, não é demais mencionar que esta CGE, com objetivo de conferir maior efetividade às ações de controle, poderá emitir Notas de Recomendações (NR) após análises da recepção das demandas realizadas, bem como remeterá o Relatório de Recomendações Não Implementadas (RRNI) ao Sr. Governador e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ), se constatado a não implementação das Recomendações expedidas pela NR, nos termos do art.7º e art. 9º, parágrafo único, do Decreto nº 47.039/2020, as quais também serão objeto de monitoramento a ser realizado pela Coordenadoria de Governo Aberto.

4. CONCLUSÃO

Examinamos os procedimentos realizados pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA no que tange aos processos SEI-220011/000788/2020 e SEI-220011/000561/2020 e elaboramos a presente Nota de Identificação de Riscos (NIR), que aponta os riscos identificados por essa CGE no cumprimento dos normativos vigentes.

Por todo exposto, o conjunto de riscos apresentados neste documento tem o condão de agregar valor no aperfeiçoamento da gestão e a adoção de medidas corretivas.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2020.

CLAYTON CASSIUS DA SILVEIRA PEREIRA

Auditor do Estado

ID: 5006078-3

FABIO BOGOSSIAN

Coordenador de Governo Aberto

ID: 5005914-9

LUCIANA RAMOS AVELINO DE SOUZA

Coordenadora Respondendo pela Superintendência de Gestão de Transparência e Prevenção da Corrupção

ID: 5014975-0

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DA NIR

De acordo com a NIR nº 20200021/SUPTPC/OGE/CGE. Encaminho ao Sr. Controlador a presente nota técnica para conhecimento e solicito posteriormente o envio do processo ao titular do órgão e, também, para a respectiva Unidade de Controle Interno concedendo o **prazo de 03 (três) dias úteis** para a manifestação quando do seu recebimento, podendo haver extensão do prazo mediante justificativa ao Órgão Central de Controle, nos termos do art. 5º do Decreto nº 47.039/2020.

ROSANGELA DIAS MARINHO

Ouvidora-Geral do Estado

ID: 1943184-8



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Bogossian, Coordenador**, em 15/10/2020, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clayton Cassius da Silva Pereira, Auditor**, em 15/10/2020, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ramos Avelino de Souza, Superintendente**, em 15/10/2020, às 20:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Dias Marinho, Ouvidora**, em 16/10/2020, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **9260324** e o código CRC **570FEB1C**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Controladoria Geral do Estado

Gabinete do Secretário

Of.CGE/GAB SEI N°242

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2020

Ilmo Sr.

Vitor Hugo Feitosa Gonçalves

Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA

Avenida Rio Branco, 10 - Centro

Rio de Janeiro - CEP: 20090-000

c/c à Unidade de Ouvidoria Setorial

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no art. 10º, inciso I e inciso IV, “c”, da Lei nº. 7.989 de 14/06/2018; de acordo com Decreto Estadual n.º 47.039 de 17 de abril de 2020, elaboramos a **Nota de Identificação de Riscos - NIR nº 20200021/SUPTPC/OGE/CGE**, anexa, que visa apresentar as análises realizadas dos fatos e atos administrativos de enfrentamento da propagação e medidas decorrentes do Covid-19 que incorram em saída, ainda que futura, de recursos públicos, bem como avaliação da adequação de medidas de contenção de despesas com vistas à identificação de riscos.

Examinamos os procedimentos realizados pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA no que tange aos processos SEI-220011/000788/2020 e SEI-220011/000561/2020 e elaboramos a presente Nota de Identificação de Riscos (NIR), que aponta os riscos identificados por essa CGE no cumprimento dos normativos vigentes.

A NIR (documento SEI 9260324) será enviada ao Titular do Órgão e para a respectiva Unidade de Controle Interno e será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para a manifestação quando do seu recebimento, podendo haver extensão do prazo mediante justificativa ao Órgão Central de Controle, nos termos do art. 5º do Decreto nº 47.039/2020.

Anexos: I - Nota Técnica CGE/COGAB (SEI nº 9260324) - NOTA DE IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS Nº 20200021/SUPTPC/OGE/CGE

Atenciosamente,

FRANCISCO RICARDO SOARES

Controlador-Geral do Estado

ID 5113257-5



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Ricardo Soares, Controlador Geral do Estado**, em 20/10/2020, às 08:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **9396670** e o código CRC **B1B33E83**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-320001/002891/2020

SEI nº 9396670

Av. Erasmo Braga, 118, 13º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-000
Telefone: (21) 2333-1814